

**Trabalho, Disciplina e Controle: A Educação Profissional no Instituto Lauro Sodré
(1900–1904) à Luz do materialismo histórico-dialético**

**Labor, Discipline and Control: Vocational Education at the Lauro Sodré Institute
(1900–1904) in Light of historical dialectical materialism**

Mayara Teixeira Sena
Universidade Federal do Pará
Belém-Brasil

Laura Maria Silva Araújo Alves
Universidade Federal do Pará
Belém-Brasil

Resumo

Este artigo analisa a proposta de educação profissional do Instituto Lauro Sodré, entre os anos de 1900 a 1904, a partir do referencial teórico-metodológico do Materialismo histórico-dialético. Parte-se do princípio de que a educação, enquanto prática social, é determinada pelas condições materiais da existência e pelas contradições inerentes às relações de produção. O estudo revela como o Instituto foi concebido como mecanismo de formação de mão-de-obra para suprir demandas do modo de produção capitalista, especialmente na Amazônia no contexto do ciclo da borracha. Ao interpretar o papel desta instituição educativa, busca-se compreender a dialética entre educação, trabalho e formação humana numa sociedade marcada por desigualdades de classe.

Palavras-chave: Educação profissional; Materialismo histórico-dialético; Instituto Lauro Sodré.

Abstract

This article analyzes the vocational education proposal of the Lauro Sodré Institute between the years 1900 and 1904, based on the theoretical-methodological framework of historical dialectical materialism. It starts from the principle that education, as a social practice, is determined by the material conditions of existence and the inherent contradictions of production relations. The study reveals how the Institute was conceived as a mechanism for training labor to meet the demands of the capitalist mode of production, especially in the Amazon during the rubber boom. The adopted methodology is qualitative, based on document analysis and bibliographic review, using the 1904 Monograph of the Lauro Sodré Institute as the primary source. By interpreting the role of this educational institution, the article seeks to understand the dialectic between education, labor, and human development in a society marked by class inequalities. The results indicate that, although the vocational training provided some level of qualification, it was subordinated to the economic and ideological interests of the local elites.

Keywords: Vocational education; Historical dialectical materialism; Lauro Sodré Institute.

Introdução

O presente artigo fundamenta-se na perspectiva do Materialismo histórico-dialético, elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, como base teórico-metodológica para analisar a função social da educação profissional ofertada pelo Instituto Lauro Sodré em um período de recorte que compreende 1900 à 1904. Essa abordagem parte da compreensão de que a realidade social é determinada, em última instância, pelas condições materiais de existência e pelas relações de produção que estruturam a sociedade em classes sociais antagônicas. Como afirmam Marx e Engels em "A ideologia alemã" (1979, p. 37), "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência", ou seja, são as condições concretas de produção e reprodução da vida material que moldam as formas de consciência, inclusive a educação.

No interior dessa perspectiva, a instituição educativa não é concebida como uma instância neutra ou universal, mas como parte da superestrutura social, diretamente relacionada à base econômica. Ela atua como um dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1985), contribuindo para a reprodução das relações sociais de dominação ao inculcar nas novas gerações os valores e as normas da classe dominante. No caso do Instituto Lauro Sodré, essa função é evidenciada pela organização pedagógica e disciplinar voltada à formação de trabalhadores manuais, ajustando os menores desvalidos às necessidades do mercado de trabalho local e aos padrões de comportamento exigidos pela ordem que conhecemos como capitalista.

Além disso, a dialética histórica compreende a sociedade como um processo contraditório e em permanente transformação, onde as contradições entre as classes sociais são o motor do desenvolvimento histórico (Marx, 2011). Essa concepção permite compreender que, embora a educação profissional no instituto estivesse subordinada aos interesses das elites, ela também poderia gerar espaços de resistência, apropriação de saberes e construção de subjetividades críticas. Assim, o Materialismo histórico-dialético oferece não apenas uma lente de análise da realidade social, mas também uma orientação política voltada à sua transformação, ao reconhecer a centralidade da luta de classes e a possibilidade de superação da ordem vigente por meio da práxis.

Portanto, ao adotar o Materialismo histórico-dialético como fundamento analítico, este artigo busca interpretar o Instituto Lauro Sodré como expressão concreta das contradições da Primeira República, especialmente no Pará, evidenciando como a

educação, longe de ser apenas um instrumento de formação técnica, foi também um dispositivo de controle social e reprodução da desigualdade estrutural.

A partir disso, a análise da história da educação no Brasil requer um olhar crítico sobre os elementos que estruturam as instituições educativas e suas funções sociais. No início do século XX, o Brasil vivia intensas transformações econômicas e sociais, marcadas pela consolidação da República, pela expansão do capitalismo e pela emergência de um projeto de modernização que atingia diferentes regiões do país. No estado do Pará, esse processo esteve estreitamente ligado à economia da borracha, conhecida como Belle Époque³⁵, que inseriu a Amazônia no mercado mundial e intensificou a urbanização e as demandas por mão de obra qualificada.

É nesse contexto que se insere o Instituto Lauro Sodré, fundado com o propósito declarado de acolher e formar menores desvalidos por meio da educação profissional. A criação da instituição refletia, por um lado, a necessidade de disciplinar e integrar à ordem social um contingente populacional considerado marginal; por outro, atender às exigências de qualificação técnica impostas pelo avanço da industrialização e pela lógica do mercado.

Este artigo propõe uma releitura da trajetória do Instituto Lauro Sodré a partir do referencial do Materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva compreende a sociedade como um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, onde a base material da vida (modo de produção) condiciona a superestrutura (ideias, instituições, cultura). A educação, nesse sentido, como já mencionado, não é neutra, mas reflete e reproduz as contradições do sistema social.

Metodologia

Este trabalho insere-se no campo da pesquisa qualitativa, caracterizada pela busca de compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir de seus significados históricos e contextuais. Conforme Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa preocupa-se menos com a quantificação de dados e mais com a interpretação crítica dos sentidos que emergem dos registros e práticas sociais.

³⁵ Segundo Sarges (2010, p. 15), o período da Belle Époque possibilitou o processo de modernização da cidade tanto que a economia da borracha resultou na materialização dos ideais modernistas e civilizatórios. Esta modernidade foi impulsionada com a “expansão da riqueza, ampliando as possibilidades, caracteriza-se pelo avanço da tecnologia, [...] construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, pela urbanização e crescimento das cidades”, assim como a mudança de comportamento social.

Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, uma vez que o corpus é constituído por mensagens de governadores, relatórios oficiais e demais registros históricos vinculados à criação e ao funcionamento do Instituto Lauro Sodré. Como salienta Cellard (2012), os documentos não devem ser compreendidos como simples espelhos da realidade, mas como produções sociais que expressam interesses, concepções e contradições de seu tempo. Assim, a análise documental aqui proposta tem como finalidade apreender os discursos e representações neles contidos, interrogando-os criticamente.

Nessa perspectiva, a metodologia fundamenta-se na análise crítica dos documentos, entendendo-os como produtos históricos atravessados por relações de poder e disputas de classe. A partir da ótica do materialismo histórico-dialético, busca-se interpretar de que maneira os discursos oficiais que exaltavam a fundação do Instituto como símbolo de modernidade e civilização também expressavam as contradições sociais e econômicas do período republicano, especialmente no que tange à formação da juventude pobre e ao controle social exercido pelo Estado.

Contexto histórico e material da criação do instituto Lauro Sodré

A criação do Instituto Lauro Sodré, no início do século XX, insere-se em um contexto de significativas transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil e, particularmente, na região amazônica. Durante a Primeira República, o país passava por um processo de modernização e reorganização do Estado, que buscava consolidar a República e adequar a economia nacional às exigências do capitalismo internacional. Na região Norte, esse processo foi impulsionado pela Belle Époque amazônica, marcada pelo apogeu do ciclo da borracha.

No estado do Pará, especialmente em Belém, capital da província, observou-se uma intensa urbanização, com reformas arquitetônicas inspiradas nos modelos europeus, ampliação dos serviços públicos e expansão das atividades comerciais e industriais. Esse processo, no entanto, convivia com profundas desigualdades sociais; enquanto a elite usufruía dos benefícios do progresso, grande parte da população, composta por trabalhadores pobres, indígenas e ex-escravizados, vivia à margem da prosperidade econômica.

Nesse cenário, crescia o número de crianças e adolescentes em situação de abandono, delinquência ou extrema pobreza. Essa população era vista pelas elites como ameaça à ordem urbana e ao projeto civilizatório republicano. A criação de instituições

de acolhimento e correção, como o Instituto Lauro Sodré, respondia à lógica de contenção social e disciplinamento dos corpos tidos como perigosos. Conforme descreve Foucault (1975), esse tipo de instituição operava com base em uma racionalidade que visava normalizar condutas por meio de práticas pedagógicas e disciplinares.

A fundação do Instituto Lauro Sodré, em 1900, foi fortemente impulsionada pelos governadores Lauro Sodré e Paes de Carvalho. Ambos defendiam a educação técnica como meio de regeneração da infância pobre e promoção do progresso regional. As mensagens ao Congresso Estadual exaltavam o instituto como símbolo da modernidade e da ação civilizatória do Estado. No entanto, sob a ótica do Materialismo histórico-dialético, essa iniciativa deve ser interpretada como expressão das contradições sociais de seu tempo, pois compreende-se que a criação do Instituto Lauro Sodré não pode ser analisada apenas como uma política de valorização da educação técnica, mas como parte de um projeto mais amplo de controle social e manutenção das relações de produção vigentes.

Ao mesmo tempo em que proclamava regenerar a infância pobre e promover a ascensão social por meio do trabalho, o instituto reforçava a separação entre a formação destinada às elites, voltada às carreiras acadêmicas e de prestígio e aquela reservada às camadas populares, voltada ao trabalho manual e técnico. Essa dualidade expressa as contradições de classe que permeavam o período republicano, evidenciando como a educação, em vez de superar desigualdades, também servia como instrumento de reprodução social, ajustando a juventude pobre às necessidades do capital e legitimando a ordem social estabelecida.

O Instituto representava uma resposta do Estado à necessidade de organizar e controlar a força de trabalho em formação, adequando-a às exigências do mercado de trabalho local. Ao invés de enfrentar as causas estruturais da pobreza, como a concentração fundiária e a exploração do trabalho, optou-se por intervir diretamente sobre os indivíduos considerados desajustados, buscando adaptá-los ao modelo produtivo vigente.

A Monografia do Instituto, publicada em 1904, evidencia essa função ao detalhar a organização interna da instituição, seu corpo técnico, oficinas e rotinas. A instituição era planejada como um espaço de produção e formação simultâneas, onde o tempo dos educandos era rigorosamente controlado, e suas atividades, direcionadas para fins utilitários. As descrições revelam um ambiente que conjugava ensino e trabalho, disciplina e vigilância, reforçando o caráter ambíguo entre educação e repressão.

Nesse sentido, o Instituto Lauro Sodré pode ser compreendido como parte do aparato estatal de contenção das expressões da "questão social" emergente. Ao mesmo tempo em que oferecia formação profissional e assistência, sua existência servia para garantir a ordem e a estabilidade social, ao moldar a infância pobre conforme os interesses da burguesia local. Como aponta Althusser (1985), instituições como essa operam como aparelhos ideológicos do Estado, sendo fundamentais para a manutenção da hegemonia da classe dominante.

O contexto material de sua fundação revela, assim, uma articulação entre as demandas econômicas do capitalismo periférico e as estratégias políticas de domesticação da força de trabalho. A educação profissional não emergiu como direito universal, mas como estratégia seletiva, voltada a um público específico, com o objetivo de produzir sujeitos dóceis, produtivos e submissos à ordem estabelecida.

Portanto, compreender a criação do Instituto Lauro Sodré a partir do Materialismo histórico-dialético implica reconhecer que ele não surgiu como um gesto neutro de benevolência estatal, mas como expressão concreta das relações de produção e das lutas de classe. Sua existência e funcionamento materializam as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que propaga ideais de civilização e progresso, estrutura-se na exclusão e na exploração dos mais pobres.

Educação, trabalho e disciplina: a função social da instituição profissional

A educação profissional no Instituto Lauro Sodré estava intrinsecamente ligada à formação de trabalhadores aptos a atender às necessidades do mercado local. Os ofícios ensinados, como: marcenaria, alfaiataria, tipografia, funilaria, encadernação, sapateiro, serralheiro e outros, refletiam as demandas concretas da economia regional, baseada na produção artesanal, na manutenção da infraestrutura urbana e no atendimento aos serviços exigidos pelas elites locais durante o ciclo da borracha.

Segundo a Monografia do Instituto de 1904, cada oficina era equipada com ferramentas específicas e organizada em turnos de produção. A oficina de marcenaria, por exemplo, contava com 80 alunos que fabricavam carteiras, quadros-negros e estantes para escolas da rede pública, evidenciando o papel do Instituto como fornecedor de bens para o próprio Estado. Já a oficina de tipografia imprimia livros, boletins e documentos oficiais, funcionando como braço produtivo da burocracia estadual. Ambas podem ser vislumbradas nas imagens 01 e 02 abaixo.

Imagem 01 – Oficina de marcenaria do Instituto Lauro Sodré.



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém:
Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível:
<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

Imagem 02 – Oficina de tipografia do Instituto Lauro Sodré.



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém:
Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

A oficina de alfaiataria habilitava os jovens em corte e costura, produção de fardamentos e peças para instituições militares. A oficina de encadernação produzia brochuras e encadernações para órgãos públicos, enquanto a de funilaria fabricava utensílios domésticos e industriais em zinco e cobre. A variedade de oficinas visava distribuir os jovens de acordo com suas habilidades percebidas, tarefa esta delegada aos mestres das oficinas, que assumiam papel pedagógico e disciplinador.

Sob a perspectiva do Materialismo histórico-dialético, a vinculação entre educação e trabalho revela-se como um dos principais mecanismos de reprodução das relações sociais de produção. A escola profissional, nesse contexto, não apenas capacitava tecnicamente os educandos, mas os moldava ideológica e disciplinarmente para ocupar posições subalternas na divisão social do trabalho. A proposta pedagógica incorporava uma visão produtivista da educação, onde o saber era instrumentalizado para garantir a eficiência e a submissão do trabalhador.

A lógica do instituto correspondia à concepção de que a infância pobre precisava ser retirada das ruas e inserida no mundo do trabalho, como estratégia de combate à ociosidade e à criminalidade. Essa lógica está em consonância com os discursos higienistas³⁶ e moralizantes predominantes no período. A organização do tempo escolar, a divisão das tarefas, o uso de uniformes e a vigilância constante refletiam um modelo educativo, cuja função principal era internalizar nos educandos os valores da ordem, da obediência e da produtividade.

Em consonância, a disciplina escolar, conforme descrito por Foucault (1975), atua como uma ferramenta de poder que opera sobre os corpos, regulando movimentos, gestos e comportamentos. No Instituto Lauro Sodré, a disciplina era estruturada em moldes militares, com horários rígidos, inspeções constantes, hierarquia entre mestres e aprendizes, e sanções físicas e morais. Essa estrutura visava consolidar nos alunos o hábito do trabalhador disciplinado, adequado à lógica fabril e à racionalidade capitalista.

A organização dos espaços físicos reforçava essa lógica: dormitórios coletivos, refeitórios amplos, oficinas dispostas por função e salas de aula ventiladas para garantir a saúde dos corpos disciplinados como pode-se observar nas imagens abaixo. Esses elementos estavam em consonância com os preceitos do higienismo e da modernidade,

³⁶ A partir do início do século XX, são propostas medidas mais efetivas para a educação, tais como exames e testes das condições sanitárias tanto biológicas quanto psíquicas dos alunos. Nesse percurso pela educação, os médicos principalmente, mas não com exclusividade – pois também houve a participação de advogados, engenheiros e professores – produziram discursos que defendiam uma pedagogia salvacionista para os males que afligiam o povo brasileiro (Abreu Junior; Carvalho, 2012, p. 428).

presentes nos discursos dos governantes do período, como Lauro Sodré e Paes de Carvalho, cujas mensagens políticas exaltavam a educação técnica como base para o progresso nacional.

Imagem 03 – Dormitório do Instituto Lauro Sodré.



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

Imagem 04 – Refeitório do Instituto Lauro Sodré.



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) de 1904. Belém: Typ. E Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1904. Disponível: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

Dessa forma, compreende-se que a função social da instituição profissional, especialmente no contexto analisado, não se restringia à qualificação técnica, mas operava também como um mecanismo de integração subordinada ao sistema capitalista. Ao formar trabalhadores para os setores menos valorizados da economia, a educação profissional reforçava a divisão de classes, perpetuando o ciclo da pobreza e da marginalização.

Mesmo os discursos progressistas que defendiam a educação profissional como forma de emancipação devem ser interpretados criticamente. A inserção no mundo do trabalho, quando mediada por relações desiguais de poder e propriedade, tende a reproduzir as condições de exploração. A análise dialética permite desvelar essas contradições e situar a instituição educacional como campo de disputa, onde projetos hegemônicos e contra hegemônicos se confrontam continuamente.

Contradições e limites da educação profissional para a infância desvalida

Embora promovido como espaço de assistência e regeneração, o Instituto Lauro Sodré estava alicerçado em um projeto de escolarização seletivo e funcionalista, que visava atender primordialmente aos interesses do Estado e das elites regionais. A proposta pedagógica direcionava os menores desvalidos a ocupações manuais e práticas, restringindo o acesso à formação científica, crítica e reflexiva. O ensino teórico era composto por disciplinas elementares como leitura, escrita, cálculo e desenho técnico, cuja função era subsidiar o trabalho nas oficinas e não fomentar uma formação integral. Segundo a Monografia do Instituto de 1904, os educandos passavam a maior parte do tempo em oficinas, sob a supervisão de mestres que avaliavam suas aptidões manuais para alocá-los nas tarefas produtivas mais adequadas. Essa organização revelava uma clara divisão entre saber e fazer, característica das sociedades capitalistas que, conforme analisado por Marx (2011), alienam o trabalhador do conhecimento sobre o processo completo de produção.

A instituição servia, portanto, como filtro social: os filhos das classes populares recebiam uma formação utilitarista e restrita, enquanto as elites tinham acesso à escolarização ampliada, científica e política. Essa cisão reproduzia a lógica da divisão social do trabalho, em que a maioria era treinada para executar e obedecer, e uma minoria era preparada para dirigir e pensar. O modelo do instituto não representava uma ruptura com a ordem social, mas sua reafirmação sob uma nova roupagem institucional.

A retórica do acolhimento e da assistência, presente nas mensagens dos

governadores da época, mascarava o caráter coercitivo e disciplinador do projeto. A educação profissional para os pobres, nesse contexto, tinha um viés corretivo, como se a pobreza fosse resultado de falhas individuais e não de uma estrutura econômica desigual. O ensino oferecido reforçava a ideia de que o trabalho manual era a única via possível para a inclusão social, excluindo a possibilidade de ascensão por meio do pensamento crítico, da cultura e da ciência.

Outro aspecto que evidencia a contradição do modelo é o fato de que, embora os educandos aprendessem um ofício, poucos conseguiam, após sua saída, consolidar-se como profissionais autônomos. A inserção no mercado de trabalho era instável, mal remunerada e, muitas vezes, dependente de relações clientelistas ou apadrinhamentos. Como mostra a própria monografia do Instituto, muitos produtos confeccionados nas oficinas não eram vendidos no mercado aberto, mas destinados ao próprio governo ou a repartições públicas, reforçando a função subsidiária da instituição.

Além disso, a centralidade das oficinas no cotidiano dos alunos impunha um ritmo de vida semelhante ao da fábrica: jornadas longas, repetição de tarefas, divisão do trabalho e escassa valorização da criatividade ou da expressão pessoal. Essa estrutura preparava os educandos para aceitar a disciplina do mundo do trabalho capitalista, reforçando o que Gramsci chamaria de "consenso passivo", ou seja, a aceitação de uma ordem social injusta como se fosse natural.

Contudo, como aponta a perspectiva dialética, mesmo em instituições voltadas à reprodução da ordem, é possível identificar fissuras e contradições. A própria apropriação de habilidades técnicas por parte dos educandos, ainda que limitada, poderia representar uma forma de resistência à marginalização absoluta. A possibilidade de dominar uma técnica, de compreender um processo produtivo ou de acessar uma nova linguagem, ainda que fragmentada, configurava uma tensão entre a alienação e a possibilidade de superação, direcionando esse que assume potencialidade de pesquisas futuras.

Em suma, a educação profissional oferecida pelo Instituto Lauro Sodré, ao mesmo tempo em que se pretendia instrumento de salvação, revelava-se mecanismo de controle e disciplinamento. A análise crítica desse processo evidencia que a função histórica do instituto foi menos a de emancipar os educandos e mais a de ajustá-los às exigências de uma sociedade baseada na exploração e na desigualdade estrutural.

Considerações finais

A análise do Instituto Lauro Sodré sob a perspectiva do Materialismo histórico-

dialético permitiu compreender como a educação profissional, ofertada a menores desvalidos entre os anos de 1900 à 1904, esteve inserida em um projeto mais amplo de reprodução das relações sociais capitalistas. Ao funcionar como espaço de formação técnica, disciplinamento e correção moral, o instituto operava como aparelho ideológico do Estado, ajustando os corpos e mentes da infância pobre aos imperativos do trabalho produtivo e da obediência à ordem.

A proposta pedagógica da instituição, embora revestida de um discurso filantrópico e regenerador, limitava-se a formar sujeitos aptos a desempenhar funções subordinadas na divisão social do trabalho. Não havia, em sua estrutura curricular e organizacional, uma preocupação efetiva com o desenvolvimento integral do ser humano, com a emancipação social ou com o estímulo ao pensamento crítico. A instituição profissional assumia, assim, a forma de um espaço de contenção social, onde o trabalho era apresentado como redentor, mas sem questionar as estruturas que produzem a pobreza e a exclusão.

A partir da análise das oficinas, dos métodos disciplinares e da organização institucional descritos na Monografia de 1904, evidencia-se que a racionalidade dominante era a da produtividade e da utilidade social dos sujeitos em formação. A experiência educativa ali promovida refletia a tentativa de consolidar uma hegemonia burguesa sobre as camadas populares, por meio da naturalização de papéis sociais e da inculcação de valores como a obediência, a ordem, a higiene e o amor ao trabalho manual.

Entretanto, a dialética nos ensina que toda estrutura social carrega em si suas contradições. Mesmo em um espaço como o Instituto Lauro Sodré, marcado pela reprodução da ordem social, é possível identificar momentos e práticas que escapam ao controle total do projeto hegemônico. O acesso, ainda que limitado, ao conhecimento técnico, à alfabetização e à experiência coletiva pode ter possibilitado a emergência de subjetividades críticas e a construção de resistências silenciosas.

Além disso, a análise histórica crítica da instituição revela a importância de se pensar a educação profissional a partir de outra lógica: aquela que valoriza o trabalho não apenas como meio de subsistência, mas como mediação para a formação humana plena. Para isso, é necessário superar a perspectiva instrumental e fragmentada do ensino técnico, adotando concepções integradoras e emancipadoras, como propõe a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani (2007).

A crítica ao modelo do Instituto Lauro Sodré nos ajuda a refletir sobre os desafios ainda presentes na educação profissional brasileira. A dualidade estrutural entre uma

formação voltada às elites e outra voltada às classes trabalhadoras permanece vigente, reproduzindo desigualdades históricas. Portanto, o resgate de experiências educacionais como essa, sob uma perspectiva crítica, é fundamental para a construção de propostas pedagógicas que superem o utilitarismo e promovam a justiça social.

Com base nisso, conclui-se que a análise do Instituto Lauro Sodré nos permite compreender como a educação, longe de ser neutra ou universal, é um campo de disputa entre projetos societários. Enquanto projeto subordinado ao capital, tende a reforçar as desigualdades; mas enquanto instrumento de consciência e transformação, pode ser apropriada pelas classes trabalhadoras na luta por sua emancipação histórica.

Referências

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. **O discurso Médico-higienista no Brasil do início do século XX**. Trab. Educ. saúde, p. 427-451, 2012.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. In: **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. P. 295-316.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 221-236, 2009.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vários volumes.

INSTITUTO LAURO SODRÉ. **Monografia do Instituto Lauro Sodré** (Escola Profissional do Estado). Belém: Typ. do Instituto, 1904.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém: Paka-tatu, 2010;

SODRÉ, L. **Mensagens ao Congresso do Estado do Pará (1891-1893)**. Typ. do Diário Oficial.

SOBRE AS AUTORAS

Mayara Teixeira Sena

Professora substituta na Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia com direcionamento de ensino em Educação Matemática. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Educação (PPGED-ICED) da Universidade Federal do Pará, início em 2024, na linha Educação, Cultura e Sociedade. Mestra em Educação também pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-ICED) na linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Pará. Desenvolve pesquisas no âmbito da História da Educação, com direcionamento para a História das Instituições Educativas e História da Infância na Amazônia; Educação Inclusiva e Formação de Professores.

E-mail: mayarasena@ufpa.br

Orcid: [0009-0003-1956-3380](https://orcid.org/0009-0003-1956-3380)

Laura Maria Silva Araújo Alves

Professora titular da Universidade Federal do Pará. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará no Programa de Pós-Graduação em Educação (2019-2020). Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Mestre em Letras na área da Linguística pela Universidade Federal do Pará (1998). Possui Formação de Psicólogo (1986) e Bacharelado em Psicologia (1984) e pela Faculdade Integradas Colégio Moderno. Orienta trabalhos no mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA na área da História da Infância na Amazônia, História das Instituições e História da Educação no Pará.

E-mail: laura_alves@uol.com.br

Orcid: [0000-0003-2936-605X](https://orcid.org/0000-0003-2936-605X)

Recebido: 23/06/2024

Aprovado: 22/08/2024